

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
ARQUITETURA E URBANISMO**

LÍVIA CHAVES LAGE

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ITABIRA

2023

LÍVIA CHAVES LAGE

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Una como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Prof. Orientador: Adilson Assis

ITABIRA

2023

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar este capítulo da minha jornada acadêmica, desafiadora e enriquecedora, quero expressar minha profunda gratidão às muitas pessoas que contribuíram para tornar este momento possível. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte inesgotável de força e orientação, por guiar cada um dos meus passos ao longo desta trajetória acadêmica.

À minha querida família, expresso profunda gratidão. Agradeço a meus pais pelo amor incondicional, apoio incansável e dedicação inabalável. Suas palavras de incentivo foram a luz que iluminou os dias mais difíceis, e a presença de vocês foi o alicerce sobre o qual construí este trabalho. Cada sacrifício que fizeram não passou despercebido, e sou eternamente grato pela oportunidade de ter vocês como minha base.

Aos demais membros da minha família, agradeço por compreenderem minha ausência em muitos momentos e por sempre estarem presentes em espírito. Seu apoio moral foi fundamental para minha perseverança.

Esta conquista não seria possível sem o apoio e compreensão de todos vocês. Que este trabalho não seja apenas meu, mas uma celebração de nossa dedicação coletiva. Obrigado, do fundo do meu coração.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a importância da criação de um Centro de Comunitário de Referência Social como uma estratégia efetiva para a redução da vulnerabilidade social e a promoção da inclusão social. A vulnerabilidade social é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve diversas dimensões da vida humana, como a saúde, a educação, a habitação, o emprego, a segurança, dentre outros. Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas sejam voltadas para a garantia do acesso aos direitos sociais e para a promoção da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Com a criação de um Centro Comunitário de Referência Social, torna-se possível oferecer à população local um espaço inclusivo, seguro e acolhedor que ofereça atividades e serviços adaptados às suas necessidades e demandas. Dessa forma, o centro promove engajamento social e traz qualidade de vida para população local.

Palavras-chaves: Centro Comunitário de Referência Social; Vulnerabilidade Social; Inclusão; Direitos.

ABSTRACT

This paper aims to present the importance of creating a Community Social Reference Center (CCRS) as an effective strategy for reducing social vulnerability and promoting social inclusion. Social vulnerability is a complex and multifaceted phenomenon, which involves several dimensions of human life, such as health, education, housing, employment, security, among others. In this sense, it is essential that public policies are met to guarantee access to social rights and to promote equal opportunities for all citizens. With the creation of a Community Center of Social Reference, it becomes possible to offer the local population an inclusive, safe and welcoming space that accepts activities and services adapted to their needs and demands. In this way, the center promotes social engagement and brings quality of life to the local population.

Keywords: Community Center of Social Reference; Social vulnerability; Inclusion; Rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sala de Reuniões	16
Figura 2 - Fachada Externa	16
Figura 3 - Sala de Atendimento	16
Figura 4 - Refeitório	16
Figura 5 - Cozinha	16
Figura 6 - Área Comum	16
Figura 7 - Linha do Tempo Marcos da Assistência Social.....	21
Figura 8 - Esquema de Localização	29
Figura 9 - Localização do Terreno	30
Figura 10 - Vista Frontal 1	30
Figura 11 - Vista Frontal 1.1.....	31
Figura 12 - Vista Lateral 2	31
Figura 13 - Vista Lateral 2.2	31
Figura 14 - Uso e Ocupação do Solo.....	32

Figura 15 - Equipamentos do Entorno	33
Figura 16 - Sistema Viário	34
Figura 17 - Topografia do Terreno.....	35
Figura 18 - Pontos de Ônibus.....	35
Figura 19 - Estudo Solar do Terreno.....	36
Figura 20 - Direção dos Ventos em Itabira-MG	37
Figura 21 - Centro Rehovot	39
Figura 22 - Planta de Implantação.....	40
Figura 23 - Planta Pavimento Térreo.....	41
Figura 24 - Planta Segundo Pavimento	42
Figura 25 - Planta Terceiro Pavimento.....	43
Figura 26 - Brises	44
Figura 27 - Materiais da Fachada	44
Figura 28 - Volumetria Centro Rehovot	44
Figura 29 - Inserção no Entorno	45
Figura 30 - Localização Sesc Guarulhos	45
Figura 31 – Fachada Externa Sesc Guarulhos.....	45
Figura 32 - Entrada Principal	45
Figura 33 – Planta Pavimento Térreo	46
Figura 34 - Planta Pavimento Intermediário	47
Figura 35 - Planta Pavimento Superior.....	48
Figura 36 - Vista Topo.....	49
Figura 37 - Área Comum	49
Figura 38 - Facha Externa	50
Figura 39 - Maquete Física do Centro Social.....	51
Figura 40 - Centro de La serena.....	52
Figura 41 - Vista Lateral	52
Figura 42 - Programa de Necessidades	Erro! Indicador não definido.
Figura 43 - Fluxograma	Erro! Indicador não definido.
Figura 44 - Estudo de Massa.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 45 - Platôs	Erro! Indicador não definido.
Figura 46 - Estudos	Erro! Indicador não definido.
Figura 47 - Implantação.....	Erro! Indicador não definido.
Figura 48 - Carta Solar	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE TABELAS

Tabela1: Bairros Abrangidos pelo CRAS Jardim das Oliveiras

Tabela 2 - Programa Básico de Instalações do CRAS

LISTA DE ABREVIações

CRAS	Centro de Assistência Social
CCRS	Centro Comunitário de Referência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	JUSTIFICATIVA	15
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	<i>Objetivo geral</i>	19
1.2.2	<i>Objetivos específicos</i>	19
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	20
2.1	REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1.1	<i>Assistência Social no Brasil</i>	21
2.2	LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-LOAS	24
2.3	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS	25
2.4	CENTRO COMUNITÁRIO	27
2.5	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E SUSTENTABILIDADE	28
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	29
3.1	LOCALIZAÇÃO	29

3.2	USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	32
3.3	EQUIPAMENTOS URBANOS.....	33
3.4	SISTEMA VIÁRIO	34
3.5	TOPOGRAFIA.....	35
	35
3.6	ORIENTAÇÃO SOLAR E VENTOS PREDOMINANTES	36
3.7	37
3.8	37
3.9	CONDICIONANTES LEGAIS	37
4	OBRAS ANALÓGAS	39
4.1	CENTRO COMUNITÁRIO REHOVOT	39
	39
4.2	SESC GUARULHOS	45
4.3	CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO LA SERENA	50
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é uma condição que afeta milhares de pessoas em todo o mundo, especialmente em países em desenvolvimento. Essa vulnerabilidade é caracterizada pela falta de acesso a direitos básicos, como moradia, saúde, educação, trabalho, segurança e alimentação adequada. Essa condição pode ser agravada por diversos fatores, como desemprego, baixa escolaridade, doenças, violência e discriminação.

Nesse contexto, o CRAS desempenha um papel fundamental na assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade. Por meio de seus serviços e programas, o CRAS atua na promoção da inclusão social e no desenvolvimento das potencialidades dessas famílias, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida.

A arquitetura pode desempenhar um papel importante na promoção do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ao projetar espaços que permitam a prática de esportes e atividades de lazer, é possível oferecer oportunidades de convivência e integração social, além de contribuir para o desenvolvimento físico e mental dessas pessoas. É essencial considerar a acessibilidade desses espaços, garantindo que todos possam usufruir dos benefícios oferecidos. Dessa forma, a união entre o trabalho do CRAS, a arquitetura inclusiva e a oferta de atividades esportivas e de lazer pode ser uma forma efetiva de promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Sendo assim o objetivo deste trabalho é propor um projeto de um Centro Comunitário de Referência Social (CCRS), com a finalidade de promover a proteção social básica, por meio de atividades que visam à inclusão social e ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para alcançar esse objetivo, serão realizadas ações que estimulem a convivência, a participação cidadã, a cultura, o esporte e o lazer para toda a população da cidade de Itabira-MG.

1.1 Justificativa

As políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento de uma cidade que atenda aos mais diversos públicos e promova atividades que incluam os moradores.

Justificativa

A qualidade dos espaços públicos é essencial para garantir uma vida digna e inclusiva, que estimule a coletividade e interação social, promovendo a diversidade e respeitando as diferenças humanas mesmo quando trabalharem em conjunto. Atualmente, muitas cidades brasileiras enfrentam problemas de infraestrutura inadequada para atividades comunitárias, como falta de espaços para prática de esportes, lazer e cultura, prejudicando a qualidade de vida dos moradores locais.

Os espaços de convívio são considerados elementos fundamentais na dinâmica das cidades, visto que proporcionam locais de encontro, comunicação e convivência entre os habitantes. Eles oferecem a possibilidade de exercício da cidadania, uma vez que possibilitam a participação popular na gestão da cidade e no processo de tomada de decisões. Pode-se afirmar que a existência de espaços públicos é crucial para a promoção da sociabilidade, da democracia e da qualidade de vida nas cidades.

Com uma população em constante crescimento, a cidade de Itabira-MG, que já ultrapassa os 100 mil habitantes, enfrenta desafios em atender às necessidades de qualidade de vida e inclusão social de seus moradores. Para suprir a demanda crescente por serviços e atividades na cidade, é necessário repensar a arquitetura e o urbanismo, criando novos equipamentos e melhorando os já existentes. O Estado tem um papel importante nesse processo, por meio da implementação de medidas que incentivem e viabilizem a construção de novos equipamentos e a manutenção dos já existentes

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma das instituições que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social das pessoas. Ele se encaixa no cenário de necessidade de espaços de qualidade e dignos, que levem em consideração as reais necessidades dos moradores dentro do contexto em que vivem. Esses espaços são importantes porque são o palco onde as relações humanas se consolidam e a vida pública acontece. Esses locais possuem

grande relevância, uma vez que servem como cenário onde as interações entre indivíduos são solidificadas e a vida em sociedade se desenrola.

Na cidade de Itabira-MG, as unidades de CRAS apresentam problemas de infraestrutura, funcionalidade, acessibilidade e falta de espaço para atividades. As cinco unidades de CRAS existentes na cidade, estão instaladas em residências adaptadas, onde necessitam de melhorias para atender adequadamente à população local. Abaixo estão algumas imagens que demonstram a falta de condições de infraestrutura no CRAS Jardim das Oliveiras, localizado no Bairro Jardim das Oliveiras cidade em Itabira-MG.

Figura 2 - Fachada Externa



Fonte: Espaço Imóveis

Figura 4 - Refeitório



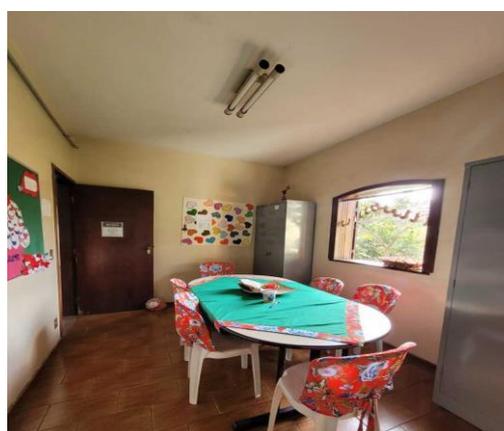
Fonte: Espaço Imóveis

Figura 5 - Cozinha



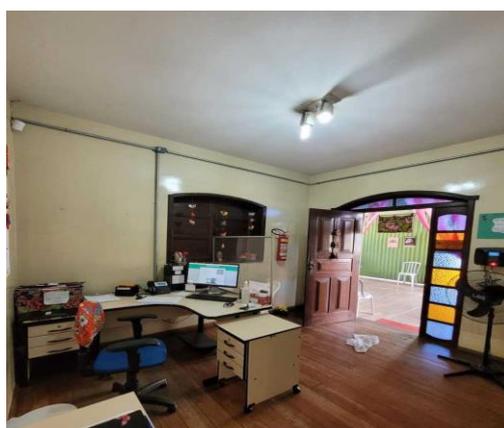
Fonte: Espaço Imóveis

Figura 1 - Sala de Reuniões



Fonte: Espaço Imóveis

Figura 3 - Sala de Atendimento



Fonte: Espaço Imóveis

Figura 6 - Área Comum



Fonte: Espaço Imóveis

O CRAS Jardim das Oliveiras abrange atualmente 20 bairros, sendo eles

Tabela1: Bairros Abrangidos pelo CRAS Jardim das Oliveiras

Bela Vista	Santo Antônio	Oliveira Castro
Campestre	Fundão	Praia
Cidade Nova	Jardim das Oliveiras	Ribeirão São José
Colina da Praia	Juca Rosa	Santa Inês
Eldorado	Laboriaux	Santa Matilde
Engenho	Nova Vista	São Francisco
São Pedro	Vila Santa Isabel	

Fonte: Prefeitura de Itabira

A proposta do Centro Comunitário de Assistência Social (CCRS) irá abranger os 20 bairros, onde será inserido no bairro Eldorado, que faz divisa com o Jardim das Oliveiras, atual bairro do CRAS. Ambos são locais com escassez de equipamentos públicos adequados e seguros, resultando na diminuição de atendimentos.

Quando um bairro não dispõe de equipamentos públicos, os residentes podem experimentar um senso de desconexão e limitação de opções de recreação e distração. Ademais, a falta de espaços públicos pode intensificar o sentimento de insegurança nas vias, uma vez que não existem áreas que fomentem a presença e a circulação de indivíduos.

Deve-se considerar a importância do poder público em identificar as demandas dos bairros e empreender esforços para garantir a construção de espaços públicos adequados e acessíveis aos residentes.

O CRAS sendo um equipamento público de assistência social tem como objetivo principal atender às demandas da população em situação de vulnerabilidade social. Seu público-alvo é formado por famílias em situação de pobreza e risco social, pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, entre outros grupos em condição de fragilidade socioeconômica.

Proporcionar à comunidade local um Centro Comunitário de Referência Social seria altamente benéfico, uma vez que fomentaria aspectos culturais, cívicos e econômicos, bem como proporcionaria áreas de interação, instrução e recreação. Além disso, tal intervenção favorece o desenvolvimento técnico e acadêmico, ao estimular discussões sobre a falta de equipamentos urbanos e a importância de projetos arquitetônicos e urbanísticos que priorizem o bem-estar dos cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 garante o acesso à assistência social a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, econômica ou

pessoal. Diante dessa realidade, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) surgem como uma importante estratégia para garantir esse direito e atender às demandas daqueles que mais necessitam.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo dessa pesquisa é fundamentar o desenvolvimento de um anteprojeto arquitetônico de um Centro Comunitário de Referência Social (CCRS) que possa fornecer assistência social adequada para a comunidade local. Além disso, o CCRS deve oferecer infraestrutura para atividades de lazer, cultura e desenvolvimento econômico, social e ambiental.

1.2.2 Objetivos específicos

- ✓ Estudar a proposta do CRAS enquanto serviço socioassistencial.
- ✓ Realizar um estudo com intuito de obter bases para um projeto inclusivo.
- ✓ Entender melhor as estratégias de sustentabilidade na arquitetura.
- ✓ Analisar modelos de projetos semelhantes ou que tenham elementos relevantes para o desenvolvimento da proposta.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Assistência Social

2.1.1 História da Assistência Social

A assistência social na forma de ajuda individual tem sido uma prática presente na humanidade desde tempos antigos, assumindo diferentes formas, mas geralmente associada a missões religiosas e comportamentos morais. Sendo comum encontrar histórias e imagens que relatam ações de bondade e atenção a pessoas necessitadas. (BOSCARI; SILVA,2015).

Assistência envolve oferecer ajuda, proteção ou apoio àqueles que necessitam. Desde tempos antigos, a assistência tem sido fornecida por tribos e famílias. No entanto, durante os séculos XI a XV, a Europa foi afetada por fome, peste, guerra e pobreza, o que levou a uma consciência coletiva de solidariedade e assistência social por meio da prática da misericórdia ou Miserere & Cordis - que significa dar o coração aos outros, como um dever dos cristãos. Durante a Idade Média, a assistência aos pobres foi predominantemente desenvolvida pela Igreja Católica, que recolhia e distribuía esmolas, fornecia atendimento aos enfermos e amparo a crianças abandonadas. (FERNANDES; HELLMANN 2016).

O surgimento da questão social pode ser relacionado à transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, em uma sociedade capitalista em que as relações de mercado são dominadas pelo controle do capital. Nesse contexto, o capitalista é o dono dos meios de produção e exerce o domínio na relação social de produção, enquanto o proletariado vende sua força de trabalho como mercadoria para garantir sua sobrevivência. (BEZERRA, CLARA ALMEIDA et al.2013).

Devido à extrema exploração existente nesta relação, o proletariado passa a incomodar o sossego do capitalista, na sua luta por melhores condições de vida, sendo necessária a intervenção do Estado para mediar esta situação, por meio da imposição de dispositivos legais, para regular a relação capital-trabalho. À medida que o capitalismo se aprofunda, fica mais latente, gritante, a questão social, a terrível condição de vida da classe trabalhadora, o que exige um posicionamento das classes dominantes, como a igreja Católica e o Estado. (BEZERRA, CLARA ALMEIDA ET AL.2013, p.152).

2.1.1 Assistência Social no Brasil

No Brasil, a história da assistência social também teve seu início marcado por ações filantrópicas e o envolvimento da Igreja Católica durante a época colonial e imperial. As Santas Casas de Misericórdia, criadas no século XVI, foram as primeiras instituições a prestar auxílio aos mais necessitados, oferecendo serviços médicos e apoio social. Tais ações eram baseadas em princípios de caridade e solidariedade, sem a participação direta do Estado. (FERNANDES; HELLMANN 2016).

Figura 7 - Linha do Tempo Marcos da Assistência Social



Fonte: De autoria própria

A segunda metade do século XIX trouxe um evento histórico que intensificou a reflexão sobre a assistência social no Brasil: o término da escravidão. Com a abolição da escravatura, surgiram desafios sociais e econômicos significativos, que exigiram uma maior atenção por parte do governo e da sociedade civil em relação à assistência social. Com a libertação dos escravos, houve um grande número de pessoas que ficaram sem trabalho e sem moradia, o que gerou uma situação de vulnerabilidade social e econômica. Isso exigiu a criação de medidas de assistência social para amparar essa população. (BOSCARI; SILVA,2015).

Além disso, a abolição também trouxe uma mudança na mentalidade da sociedade em relação aos direitos humanos, o que permitiu o surgimento de movimentos sociais em prol de melhorias nas condições de vida das camadas mais pobres da população. Esses movimentos pressionaram o Estado a criar políticas públicas de assistência social, com o objetivo de promover a inclusão social e o bem-estar dos cidadãos. (BEZERRA, CLARA ALMEIDA et al.2013).

Em 1891, foi criada a primeira legislação voltada para a assistência à infância. Em 1923, a Lei Eloy Charles foi aprovada, estabelecendo a criação de caixas de aposentadoria. Durante o governo de Getúlio Vargas na década de 1930, houve a definição de uma política trabalhista. (PFEFFER,2018).

Durante a década 1930, houve uma colaboração entre a Igreja, o Estado e a Sociedade Civil no Brasil, resultando em mudanças significativas nas áreas social, policial e jurídica no enfrentamento da questão social no país. Nesse período, houve uma maior preocupação do governo em relação à prevenção da delinquência infantojuvenil, com o desenvolvimento de programas de educação e saúde. (BEZERRA, CLARA ALMEIDA et al.2013).

Segundo Boscari e Silva (2015) o período marcou o estreitamento das relações entre o Estado e setores privilegiados da sociedade, consolidando um novo caráter secular para a assistência social. Ou seja, deixou de ser vista como prática religiosa para se tornar uma responsabilidade do Estado. Contudo, essa mudança também confirmou uma relação de subordinação dos pobres aos ricos, em vez de uma relação de igualdade de direitos. O Estado passou a analisar o mérito ao conceder auxílios e subvenções às organizações da sociedade civil.

Em 1942 durante o governo de Getúlio Vargas, a LBA - Legião Brasileira de Assistência foi fundada com o propósito de oferecer auxílio às famílias dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. Sob a coordenação da primeira dama, Darci

Vargas, a LBA se concentrou em prestar assistência à maternidade e infância após a guerra, com ações paternalistas e fornecimento de ajuda emergencial para os mais necessitados. Dessa forma, a primeira instituição de assistência social do Brasil surgiu no âmbito federal, tendo sido iniciada com a presença das mulheres e com um forte sentido patriótico. (BOSCARI; SILVA,2015).

A partir da década de 1980, começou a discussão sobre a assistência social como uma política pública. A Constituição de 1988 foi um marco histórico, tornando a assistência social um direito do cidadão e uma obrigação do Estado, baseada em princípios de justiça e universalidade:

A Constituição de 1988 é o marco histórico que transforma a assistência social em direito do cidadão e dever do Estado, orientada por padrões de justiça e universalidade. Em outros termos, a atual Constituição coloca em xeque a cultura do atraso e abre a possibilidade para uma cultura política pautada no direito. (PFEFFER,2018,p.6).

Pode-se destacar que a Constituição de 1988 estabeleceu diretrizes para a organização da assistência social no Brasil, prevendo a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas, assim como a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e dos conselhos estaduais e municipais de assistência social. Além disso, a Constituição definiu a assistência social como um direito de todos que dela necessitarem, independentemente de contribuição à seguridade social, e a estabeleceu como política integrante do sistema de seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social. O Art. 203 da Constituição estabelece que:

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: i) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; ii) o amparo às crianças e adolescentes carentes; iii) a promoção da integração ao mercado de trabalho; iv) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; v) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (CF/88., 1988)

2.2 Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS

A assistência social não se trata simplesmente de atitudes benevolentes, mas sim de uma política pública que foi estabelecida por meio das leis decorrentes da Constituição de 1988. Com base nos princípios dessa Constituição, foi criada em 1993 a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/93), que busca tornar a assistência social uma política pública efetiva.

A Lei Orgânica de Assistência Social, conhecida como LOAS, não só estabeleceu os fundamentos ideológicos e estruturais da assistência social, mas também reforçou valores como democratização, descentralização, equidade e complementaridade entre o Estado e a sociedade. A LOAS mudou completamente o entendimento da assistência social como uma política pública de seguridade social, que garante direitos ao cidadão e responsabilidades ao Estado, ao estabelecer um sistema de gestão participativo e descentralizado, cujo centro é a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Com a criação do CNAS, a LOAS trouxe maior participação da sociedade civil na elaboração e fiscalização das políticas públicas de assistência social. O Conselho é responsável por estabelecer diretrizes e normas para a execução da política de assistência social, além de fiscalizar e avaliar as ações do governo e da sociedade civil na área.

Além disso, a LOAS garante a proteção social a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia. Isso significa que o acesso aos serviços, benefícios e programas de assistência social é um direito de todos os cidadãos, sem distinção de classe social, gênero, raça ou religião. Essa garantia reforça a importância da assistência social como uma política de inclusão social e de combate à pobreza e às desigualdades.

2.3 Centro de Referência de Assistência Social-CRAS

Conforme Orientações Técnicas de Centro de Referência de Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi implantado em todo o território nacional a partir de 2005, concretizando a assistência social como uma política pública de Estado, rompendo com o clientelismo e as políticas de favor e ocasião.

O SUAS modifica drasticamente o modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social. Ele estabelece um novo acordo federativo entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo autonomia legal em um regime de colaboração mútua. Esse tipo de integração aborda as necessidades humanas de forma global e particular, de uma maneira singular, profissional e generosa, atendendo as pessoas integralmente dentro de seu contexto familiar e comunitário, sem fragmentá-las ou estatizá-las.

Portanto, o SUAS estabelece dois níveis de proteção social: o básico, com caráter preventivo, e o especial, quando ocorrem violações de direitos. Um dos principais equipamentos do SUAS são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são unidades públicas que oferecem serviços básicos de atendimento social às famílias em situação de vulnerabilidade. Eles são responsáveis por acolher, atender e acompanhar essas famílias, articulando os benefícios e serviços socioassistenciais

O CRAS deve ser instalado próximo ao local de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Assim, os municípios devem identificar o(s) território(s) de vulnerabilidade e nele(s) implantar um CRAS, de forma a aproximar os serviços dos usuários. O CRAS deverá localizar-se em local de maior acessibilidade, podendo realizar a cobertura das áreas de vulnerabilidade por meio do deslocamento de sua equipe.

Número de CRAS por município são definidos da seguinte forma:

- Pequeno Porte I (município de até 20.000 hab/5.000 famílias): mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas. Cada CRAS deverá atender até 500 famílias/ano.

- Pequeno Porte II (município de 20.001 a 50.000 hab/5.000 a 10.000 famílias): mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas. Cada CRAS deverá atender até 750 famílias/ano.
- Médio Porte (município de 50.001 a 100.000 hab/10.000 a 25.000 famílias): mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas. Cada CRAS deverá atender até 1.000 famílias/ano.
- Grande Porte (município de 100.001 a 900.000 hab/25.000 a 250.000 famílias): mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas. Cada CRAS deverá atender até 1.000 famílias/ano.
- Metrópole (município de mais de 900.000 hab/mais de 250.000 famílias): mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas. Cada CRAS deverá atender até 1.000 famílias/ano.

O espaço físico é um fator crucial para a identificação do CRAS como o lugar onde os direitos socioassistenciais são garantidos. É fundamental que a infraestrutura e as instalações do CRAS atendam aos requisitos mínimos para a oferta adequada dos serviços socioassistenciais de proteção social básica que são oferecidos lá, conforme estabelecido no Programa Básico de Instalações abaixo:

Tabela 2 - Programa Básico de Instalações do CRAS

Espaço	Uso	Metragem	Qtd por capacidade de atendimento anual do CRAS		
			CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
Recepção	Espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, em especial, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos.	12m ²	1	1	1
Sala de atendimento	Espaço destinado ao atendimento particularizado de famílias e indivíduos.	12m ² (capacidade para 10 pessoas)	1	1	2
Sala de uso coletivo	Espaço que deve permitir uso múltiplo e otimizado, destinado à realização de atividades coletivas, com prioridade para a realização de atividades com grupos de famílias.	35m ² (capacidade para 30 pessoas)	1	1	2
Sala administrativa	Espaço destinado às atividades administrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação.	20m ²	1	1	1
Copa	Espaço destinado para o preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.	5m ²	1	1	1
Conjunto de banheiros **	-----	10m ²	1	1	1

* Recomenda-se que os CRAS com maior capacidade de atendimento anual possuam um número maior de salas de atendimento e salas de uso coletivo, pois sua demanda por atendimento e equipe de referência é maior.

** Entende-se por conjunto de banheiros: 1 para uso feminino, 1 para uso masculino, 1 para uso feminino adaptado e 1 para uso masculino adaptado.

2.4 Centro Comunitário

Os Centros Comunitários têm como objetivo principal promover o bem-estar social e a qualidade de vida das comunidades locais. Para isso, eles oferecem diversos ambientes voltados para a formação e desenvolvimento pessoal, por meio de palestras, oficinas, minicursos e educação profissionalizante. Além disso, esses centros também proporcionam espaços para práticas culturais, tais como dança, teatro e música, bem como áreas de lazer e recreação, que possibilitam momentos de diversão e convívio social. Em suma, a atuação desses centros comunitários visa fornecer recursos e oportunidades para que as pessoas possam se desenvolver e desfrutar de uma vida mais plena e satisfatória. (BONFIM et al, 2000).

As ocupações relacionadas ao entretenimento, ao patrimônio cultural e ao aprendizado têm uma função importante no bem-estar das pessoas. Assim, é crucial que o design arquitetônico permita áreas que facilitem a interação, e união entre os utilizadores. Portanto, é dever das cidades oferecer esses tipos de ambientes para a população, com o objetivo de encorajar uma vida coletiva mais integrada (GOMES, 2020).

Existem várias interpretações para os espaços coletivos. Neste contexto, presume-se que são locais compartilhados socialmente, multifuncionais e que assumem funções com base nas definições e significados que surgem das interações dentro da própria comunidade. Nessa perspectiva, os espaços coletivos são impulsionadores do desenvolvimento local e essenciais para a articulação social e estruturação das atividades humanas. Eles são uma dimensão fundamental para a criação, enriquecimento e consolidação de atividades geradoras de renda e transformações socioambientais locais (BONFIM, 2000).

A criação de espaços coletivos em áreas informais pode ser um meio significativo para a transformação socioeconômica, pois o processo de projeto, construção e uso desses locais oferece a oportunidade de encontrar diferentes processos de aprendizado na prática. São projetos em andamento, com desafios e oportunidades de transformação. (GOMES,2020).

2.5 Desenvolvimento Comunitário e Sustentabilidade

Em uma sociedade onde a exposição a riscos é cada vez mais comum, especialmente em áreas urbanas, a prática da arquitetura e urbanismo deve avançar em direção a metodologias que visem reduzir o desperdício energético, promover a utilização de materiais renováveis, adequar as estruturas ao ambiente e ao clima, reciclar edifícios antigos, zonificar de acordo com critérios ambientais e preservar áreas naturais. Além disso, é fundamental promover a saúde e o saneamento básico, garantindo a qualidade da água para prevenção de doenças, tratando adequadamente o lixo e os resíduos urbanos para evitar a contaminação do solo e das águas, e enfatizar o uso de fontes alternativas e limpas de energia, como a energia solar, eólica e hidráulica, tanto na construção quanto no transporte, especialmente no transporte público, que se apresenta como a solução mais viável para as metrópoles do futuro. (CASTELNOU,2022).

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são responsáveis por oferecer serviços e programas de proteção social básica a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, proporcionando acesso a direitos estabelecidos em lei. Considerando a sustentabilidade ambiental, os equipamentos sociais buscam melhorar a qualidade de vida da população, o que passa necessariamente pelo direito básico do cidadão, como o acesso a serviços básicos de saneamento, água e energia. (BÔLLA,2019).

Além disso, o CRAS promove a sustentabilidade social e econômica, incentivando a geração de renda e a autonomia das famílias por meio de projetos e programas que ofereçam oficinas de capacitação profissional e empreendedorismo.

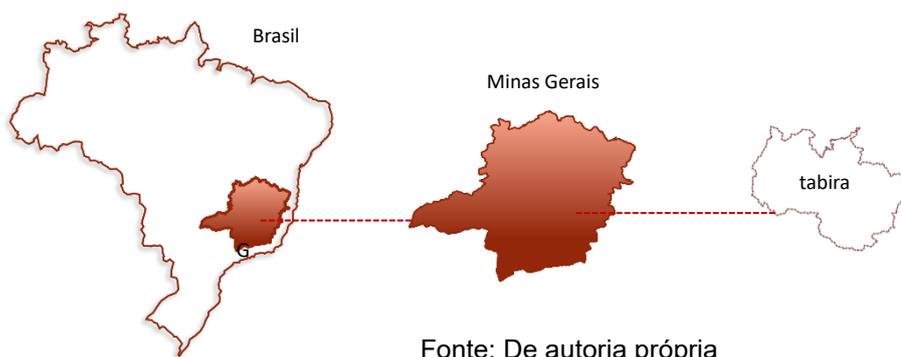
A atuação dos CRAS está diretamente relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, em especial o objetivo de erradicação da pobreza e o objetivo de redução das desigualdades sociais. A implementação de políticas e projetos sustentáveis nos CRAS é fundamental para a promoção da igualdade social e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A assistência social é uma ferramenta importante para a garantia de direitos e para a promoção da sustentabilidade em suas diversas dimensões.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

3.1 Localização

A 105 km da capital Belo Horizonte localiza-se cidade de Itabira em Minas Gerais. Segundo o IBGE (2022), a cidade possui população estimada de 121.717 pessoas e densidade demográfica de 87,57 hab./km². É conhecida por ser a casa do Poeta Carlos Drummond de Andrade, onde nasceu e chegou a compor um poema para cidade de nome “Confidências do Itabirano”. A cidade faz parte do Circuito Turístico do Ouro, e no centro da Estrada Real, tem uma rica beleza natural, seu centro histórico possui casarões que foram construídos no final do século 18 e início do século 19. De acordo com informações fornecidas pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) de Itabira -MG, alcançou a cifra de cerca de 56.164,20. A economia local é composta por diferentes setores, dentre os quais destacam-se a mineração, a agropecuária e o comércio. Salário médio mensal dos trabalhadores formais sendo de 2,1 salários mínimos.

Figura 8 - Esquema de Localização



Fonte: De autoria própria

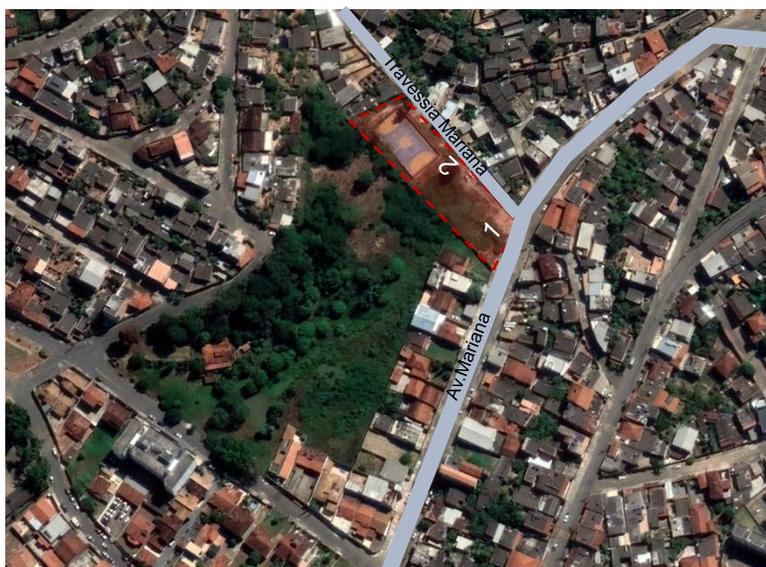
Terreno

O terreno selecionado encontra-se em uma posição privilegiada em Itabira-MG, especificamente na Avenida Mariana, cruzamento com a Travessia Mariana, no bairro Eldorado. Anteriormente, o terreno abrigava um Centro de Referência para crianças e adolescentes, mas devido a uma invasão na época, a edificação foi demolida pela prefeitura. O bairro em questão apresenta vulnerabilidades sociais e

área de baixa renda, na qual os residentes enfrentam a falta de espaços públicos adequados.

Além disso, o terreno em questão atualmente encontra-se inutilizado e possui uma área de 2.817,89 m², o que torna uma oportunidade única para o desenvolvimento de projetos que possam beneficiar a comunidade local. Com uma localização estratégica e potencialidades ainda não exploradas, o terreno pode se tornar um importante espaço para a promoção de atividades culturais, esportivas e de lazer.

Figura 9 - Localização do Terreno



Fonte: Google Earth, modificada pela autora

Figura 10 - Vista Frontal 1



Fonte: Google Earth

Figura 11 - Vista Frontal 1.1



Fonte: Google Earth

Figura 12 - Vista Lateral 2



Fonte: Google Earth

Figura 13 - Vista Lateral 2.2



Fonte: Google Earth

Figura 14 - Uso e Ocupação do Solo

3.2 Uso



LEGENDA:

Residencial

Terreno

Educacional

Áreas Verdes

Lagoa

Fonte: Google Earth, modificada pela autora



Como visto na figura 14, o entorno do terreno é predominantemente residencial, essa predominância de áreas residenciais pode ter implicações no planejamento urbano da região. Acaba ocorrendo assim uma maior homogeneização da população, com a concentração de pessoas com características sociais e econômicas semelhantes.

3.3 Equipamentos Urbanos

Figura 15 - Equipamentos do Entorno



Fonte: Google Maps, modificada pela autora

LEGENDA:

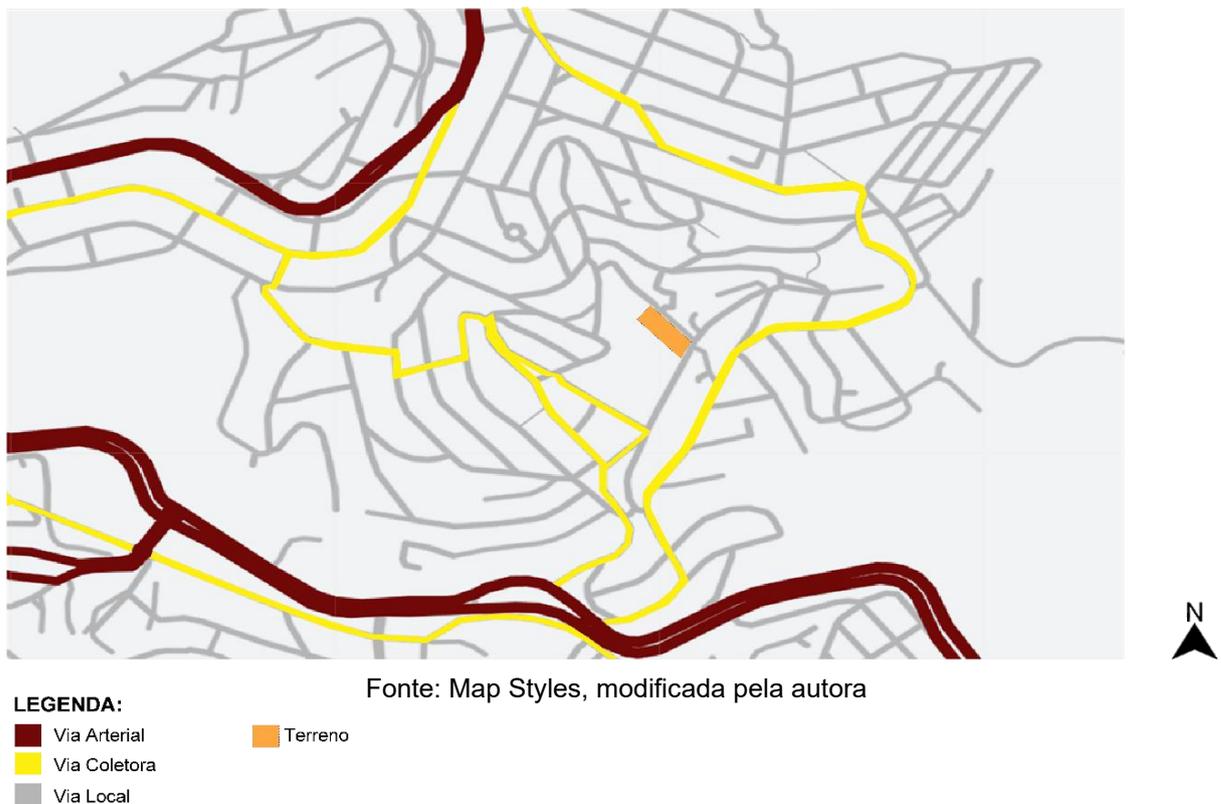
-  CRAS Jardim das Oliveiras
 -  Escola Infantil Sapatinho de Cristal
 -  Escolinha Dona Batistina Pereira
 -  PSF Eldorado
-  Terreno

Considerando que está em desenvolvimento um projeto de um Centro Comunitário de Referência Social, que irá substituir o CRAS Jardim das Oliveiras, é

compreensível que se tenha optado por uma área próxima à localização atual, a fim de minimizar o impacto nos deslocamentos diários dos usuários do programa

3.4 Sistema Viário

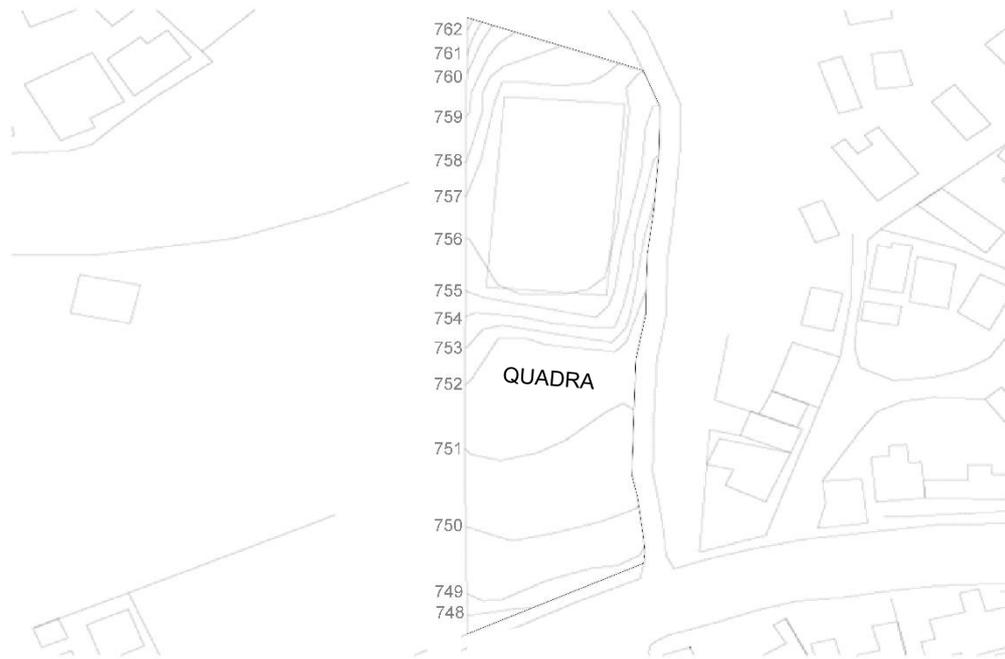
Figura 16 - Sistema Viário



Analisando o sistema viário da área, nota-se a predominância de vias locais, seguido de vias coletoras e arteriais, isso devido ao fato de o bairro ter características residenciais. De acordo com a análise, da via arterial (Av. Cristina Gazire) é possível identificar sua grande importância para a região, pois nela se concentram os comércios e edificações do tipo misto e são as que possuem maior tráfego principalmente a avenida que tem seu fluxo constante durante todo o dia, já as coletoras recebem e distribuem o fluxo e as locais concentram as entradas de residências.

3.5

Figura 17 - Topografia do Terreno

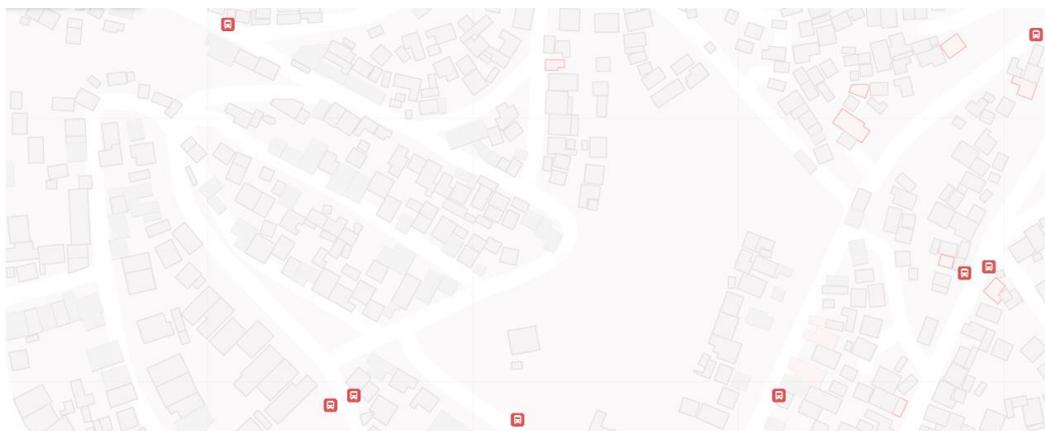


Fonte: Mapa Itabir  pela autora



A topografia do terreno possui um desnível de 11 metros, esse desnível pode ser aproveitado para a criação de níveis distintos, possibilitando a divisão do terreno em áreas funcionais. A quadra existente no terreno fica localizada em seu nível mais alto.

Figura 18 - Pontos de Ônibus



Fonte: Google Mapas

Próximo ao terreno é possível identificar vários pontos de ônibus, sendo vantajoso para a acessibilidade, fluxo de pessoas, impacto ambiental e econômico. Com os usuários podendo chegar ao local com mais facilidade, há um aumento no fluxo de pessoas na região, o que será para atividades comunitárias.

3.6 Orientação Solar e Ventos Predominantes

Figura 19 - Estudo Solar do Terreno

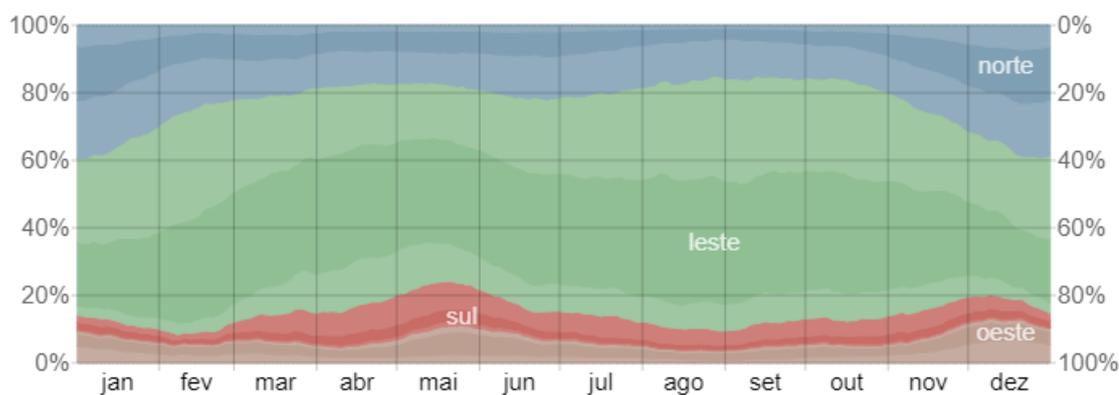


Fonte: Google Earth, modificada pela autora

A cidade de Itabira possui um clima tropical de altitude. A temperatura média anual varia de 18°C a 28°C, com os meses de dezembro, janeiro e fevereiro apresentando as temperaturas mais elevadas, com máximas que podem ultrapassar

os 30°C. Já durante o inverno, que ocorre entre junho e agosto, as temperaturas podem cair para 10°C, principalmente durante as noites. A cidade é reconhecida por seus nevoeiros, que costumam se formar nas áreas de relevo mais elevado. No geral, o clima de Itabira é bastante agradável, com temperaturas amenas e variações sazonais bem definidas.

Figura 20 - Direção dos Ventos em Itabira-MG



Fonte: Weather spark

Através de pesquisas ao site Weather Spark, foi possível identificar itens como, a posição dos ventos predominantes, que estão na posição Leste predominante do ano todo, e a orientação solar, onde o sol nasce no Leste e se põe à Oeste.

3.9 Condicionantes Legais

O Plano Diretor emitido pela administração municipal, é um importante instrumento regulador para o desenvolvimento do centro comunitário. Essa normativa estabelece as regras gerais e específicas que devem ser obedecidas no projeto, construção, uso e manutenção das edificações, sem prejuízo do que é estabelecido nas legislações estaduais e federais aplicáveis. O objetivo principal é garantir que as

edificações atendam aos níveis mínimos de qualidade, como habitabilidade, durabilidade e segurança.

Em Itabira-MG, o Plano diretor participativo do município de Itabira lei complementar N.º 4.938, estabelece as normas ordenadoras e disciplinadoras relacionadas ao planejamento físico da cidade e de acordo com o mapa de uso e ocupação do solo (ANEXO VI), constatou-se que o lote está inserido na área ZRE II (Zona Predominantemente Residencial II) e seu uso se caracteriza.

Tabela 3 - Parâmetros urbanísticos de ocupação do solo

**ANEXO VI
PARÂMETROS URBANÍSTICOS DE OCUPAÇÃO DO SOLO**

ZONAS	T.O. (%)	C.A.	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	Nº DE PAVIMENTOS ACIMA DA RUA	ALTURA MÁXIMA (metros)	AFASTAMENTO FRONTAL (metros)	AFASTAMENTO LATERAL E POSTERIOR (metros)
CE I	70% TÉRREO 50% DEMAIS PAVIMENTOS	1,7	20%	03	9,00 m	3,00m uso residencial 6,00m demais usos	0 (zero) até 6,00m de altura 1,5m acima de 6,00m
CE I – Área Hospitalar	70% TÉRREO 50% DEMAIS PAVIMENTOS	1,7	20%	06	18,00 m	3,00m uso residencial 6,00m demais usos	0 (zero) até 6,00m de altura 1,5m acima de 6,00m
ADEP	70% TÉRREO 50% DEMAIS PAVIMENTOS	1,2	20%	02	8,50 m	3,00m uso residencial 6,00m demais usos	0 (zero) até 6,00m de altura 1,5m acima de 6,00m
CEII	70% TÉRREO 50% DEMAIS PAVIMENTOS	2,2	20%	04	15,00 m	3,00m uso residencial 6,00m demais usos	0 (zero) até 6,00m de altura 1,5m acima de 6,00m
ZRE I	70% TÉRREO 50% DEMAIS PAVIMENTOS	1,7	20%	03	9,00 m	3,00m uso residencial 6,00m demais usos	0 (zero) até 6,00m de altura 1,5m acima de 6,00m
ZRE II	70% TÉRREO 50% DEMAIS PAVIMENTOS	2,2	20%	04	15,00 m	3,00m uso residencial 6,00m demais usos	0 (zero) até 6,00m de altura 1,5m acima de 6,00m
ZAM	70% TÉRREO 50% DEMAIS PAVIMENTOS	1,7	20%	03	9,00 m	3,00m uso residencial 6,00m demais usos	0 (zero) até 6,00m de altura 1,5m acima de 6,00m

Fonte: Plano Diretor de Itabira

Conforme os Parâmetros Urbanísticos de Ocupação do Solo, de acordo com a área total do terreno 2.922 m², é permitido a implantação de até 2.045 m² para o pavimento térreo e de até 1.461 m² para os demais pavimentos, taxa de permeabilidade de no mínimo 0.584 m², e coeficiente de aproveitamento de até 6.428 m².

4 OBRAS ANALOGAS

4.1 Centro Comunitário Rehovot

Ficha Técnica:

- Arquitetos: Kimmel Eshkolot Architects
- Área: 2.000 m²
- Ano: 2016
- Localização: Rehovot, Israel.

O Centro Comunitário de Rehovot está situado na cidade de mesmo nome em Israel, tendo sido concebido pelo escritório de arquitetura Kimmel Eshkolot Architects. A construção, que abrange uma área de 2.500m², foi concluída em 2016 e, conforme a equipe responsável pelo projeto, "engloba diversos espaços e contribui para a criação de uma nova praça urbana".

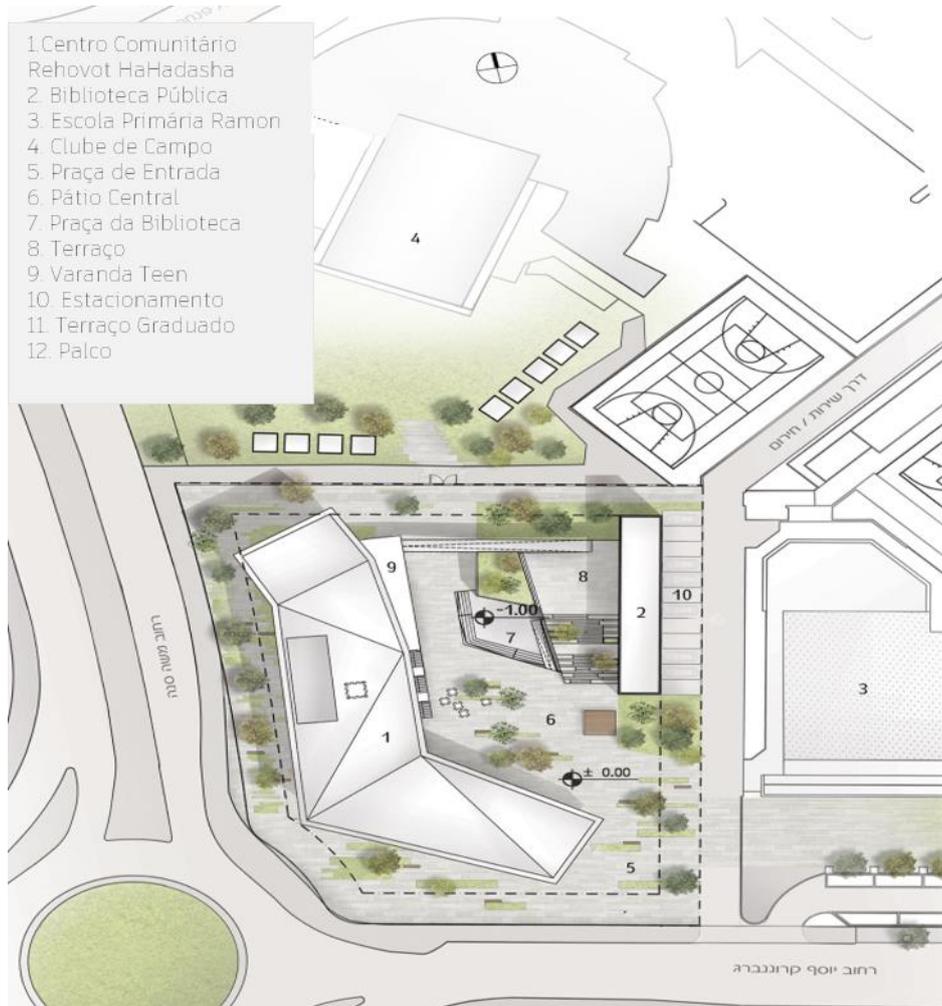
Figura 21 - Centro Rehovot



Fonte: ArchDaily

Seu é constituído por dois prédios, sendo que um deles abriga estúdios destinados à dança, música, esportes e artesanato, bem como salas multifuncionais, enquanto o outro prédio abriga uma biblioteca que funciona como um centro multimídia, fomentando dinamismo e atraindo público de todas as faixas etárias e interesses

Figura 22 - Planta de Implantação



Fonte: ArchDaily modificada pela autora

O centro social está situado em um lote que apresenta três frentes voltadas para a rua e dispõe sua entrada de veículos junto à via de menor tráfego, proporcionando uma circulação e manobras mais tranquilas. Ademais, como se trata de um espaço que requer controle de ruídos, a biblioteca foi posicionada igualmente na via menos movimentada.

Com a intenção de considerar o ambiente ao redor, o empreendimento desenvolvido pela equipe do Kimmel Eshkolot Architects decidiu por adotar uma

escala mais acolhedora, limitada a três andares. A edificação é composta por dois blocos que circundam um pátio protegido, criando uma praça central que conecta a escola, situada a leste, e o centro esportivo, localizado a oeste. Esse conceito possibilita que não somente os usuários diretos do edifício possam usufruir do espaço, mas também que os transeuntes transitem pelo local, utilizando-o como atalho.

No layout do pavimento térreo, é possível notar a clara distinção de usos entre as duas construções: enquanto uma é destinada a atividades e eventos, a outra é reservada para estudos. Na construção principal, o setor administrativo, a sala de artesanato e o auditório estão localizados no térreo, com acesso independente da entrada principal. O núcleo de serviços, composto por escadas e banheiros, é organizado ao centro do piso térreo, com uma circulação horizontal que separa as escadas e banheiros do elevador. Além disso, uma segunda escada leva os usuários e visitantes a partir da entrada secundária. Há também acessos secundários que conduzem diretamente ao auditório, permitindo uma evacuação rápida em situações de emergência. A biblioteca tem seu acesso principal voltado para a praça, fazendo com que os visitantes atravessem o espaço aberto do centro comunitário.

Figura 23 - Planta Pavimento Térreo

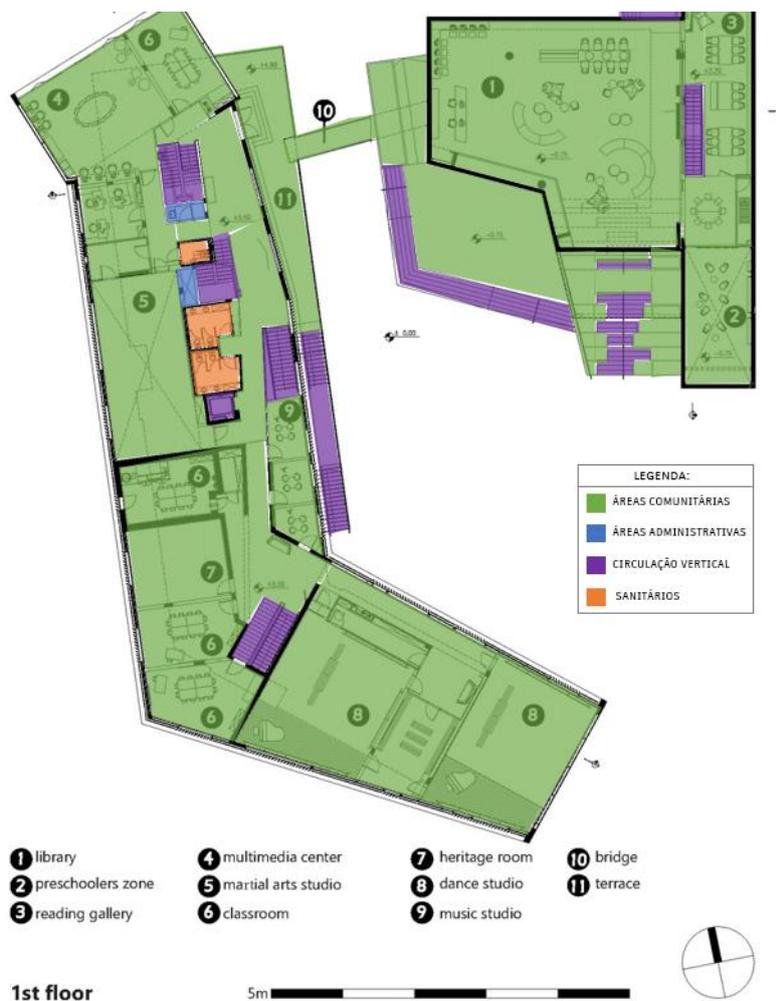


Fonte: ArchDaily modificada pela autora

No segundo andar do centro comunitário, a construção voltada para atividades possui salas para oficinas, estúdios de música, dança, artes marciais e salas de uso múltiplo. A circulação horizontal é periférica, com um núcleo central de circulação vertical e banheiros. Na construção anexa, o pé direito duplo na área da biblioteca proporciona um ambiente espaçoso, enquanto as salas de leitura oferecem privacidade aos visitantes que buscam um lugar tranquilo e silencioso.

Em termos de acesso ao segundo andar, há circulações verticais internas a partir do primeiro andar, além de uma escada externa que conduz os visitantes ao terraço localizado sobre o volume da biblioteca. Esse terraço conecta as duas construções por meio de uma passarela.

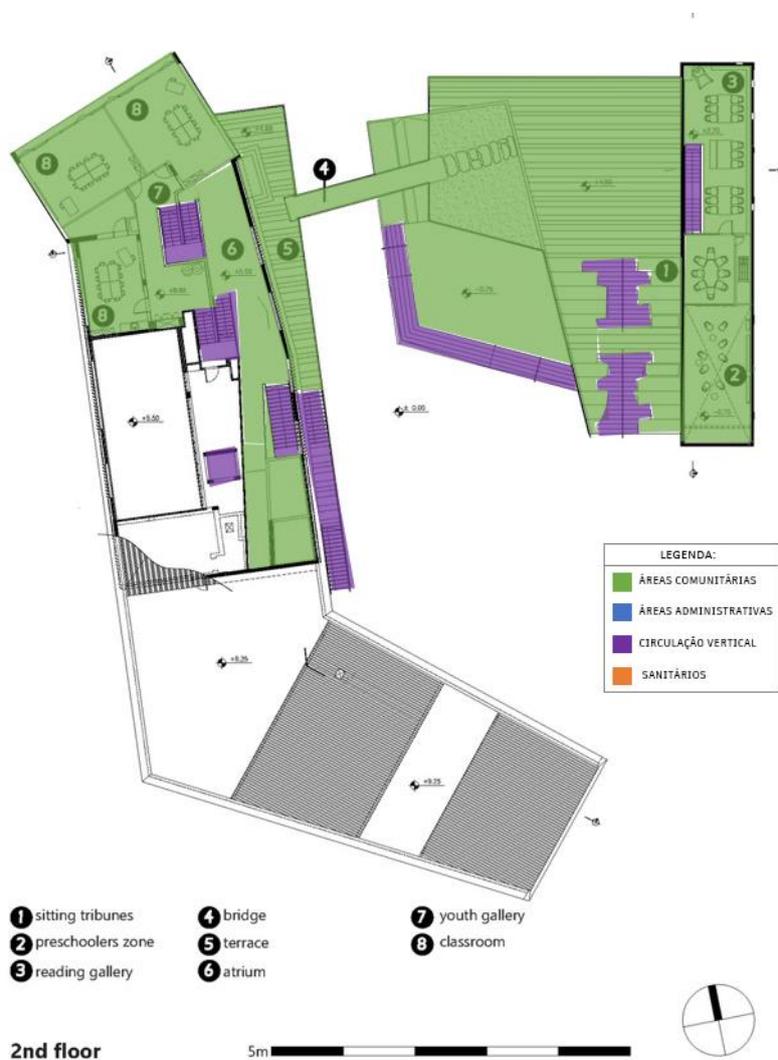
Figura 24 - Planta Segundo Pavimento



Fonte: ArchDaily modificada pela autora

O terceiro pavimento é composto por salas multiuso na edificação principal enquanto se repetem as salas de leitura na edificação da biblioteca. Percebe-se a falta de banheiros nesses pavimentos e a falta de acessibilidade visto que os únicos acessos são realizados por escadas. Ademais, grande parte do pavimento da edificação principal destina-se ao pé direito duplo dos ambientes e circulação horizontal do segundo pavimento.

Figura 25 - Planta Terceiro Pavimento



Fonte: ArchDaily modificada pela autora

Além do uso de bambu, o concreto também se destaca em todo o projeto, criando um contraste com as paredes e volumes brancos. O Centro Comunitário Rehovot se torna uma referência em termos de acessibilidade, tanto para pessoas com deficiência quanto para aqueles que o utilizam. Isso é alcançado graças à grande integração do centro com a área urbana circundante, levando em conta sua localização e conexão com o entorno.

Figura 27 - Materiais da Fachada



Fonte: ArchDaily

Figura 26 - Brises



Fonte: ArchDaily

Quanto aos materiais e estratégias sustentáveis, o projeto do Centro Comunitário Rehovot buscou utilizar materiais naturais e eficientes que ajudassem a melhorar a eficiência energética do edifício.

O brise-soleil, feito a partir de um composto de bambu, foi projetado para resistir às condições externas e garantir sombreamento aos ambientes internos. Com acabamento amadeirado, os brises contrastam com as paredes claras, placas cimentícias e pedras cinza dos volumes do térreo.

Figura 28 - Volumetria Centro Rehovot



Fonte: ArchDaily

4.2 SESC GUARULHOS

Ficha técnica

Arquitetos: Dal Pian Arquitetos

Localização: Guarulhos – SP, Brasil

Cliente: Município de Guarulhos – SP (Brasil)

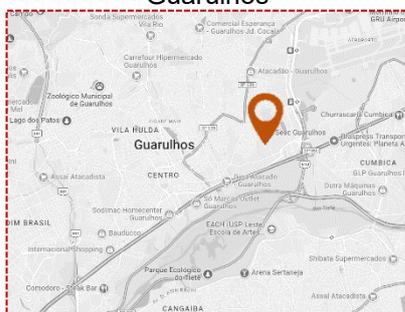
Área: 34200 m²

Ano: 2019

Movimento: Arquitetura contemporânea

Localizado próximo ao Aeroporto Internacional de Guarulhos, o Sesc Guarulhos apresenta um cenário paisagístico, ao redor seu entorno com uma configuração diversa, ora fragmentada e desconexa, típica de áreas urbanas em evolução e mutação.

Figura 30 - Localização Sesc Guarulhos



Fonte: ArchDaily modificada pela autora

Figura 29 - Inserção no Entorno



Fonte: ArchDaily

Uma das principais características do projeto é a sua abordagem contextual, onde o edifício foi projetado para se adaptar ao entorno urbano, incorporando as particularidades da paisagem local e estabelecendo uma relação de diálogo com a cidade.

Figura 32 - Entrada Principal



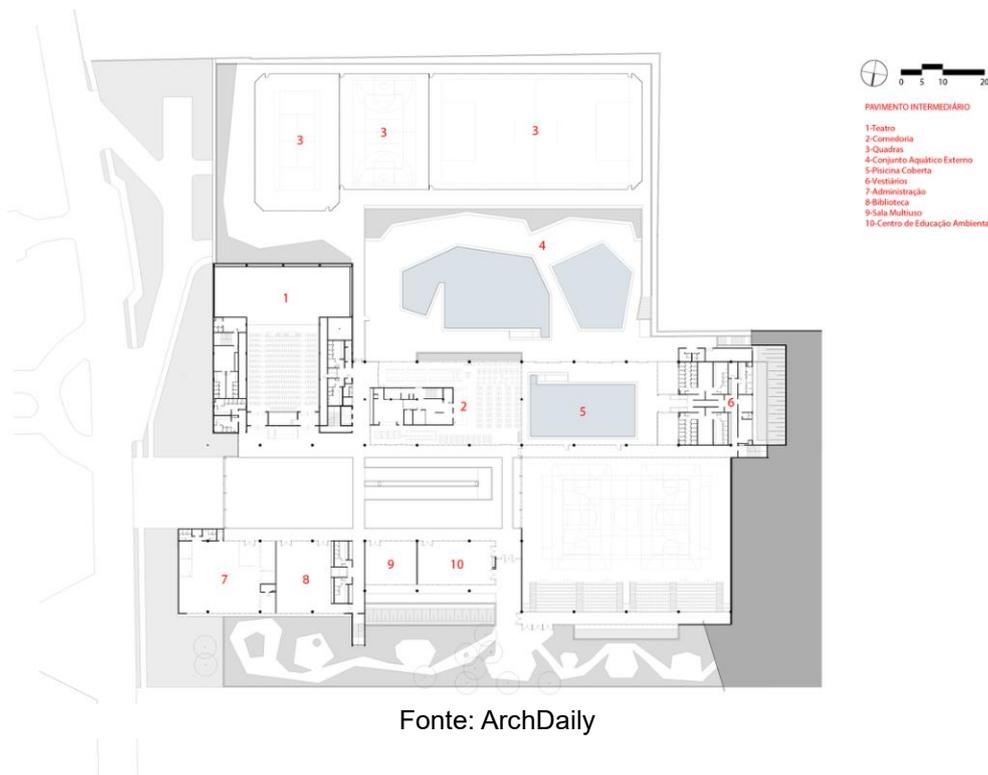
Fonte: ArchDaily modificada pela autora

Figura 31 – Fachada Externa Sesc Guarulhos



Fonte: ArchDaily modificada pela autora

Figura 34 - Planta Pavimento Intermediário



O pavimento intermediário do Sesc Guarulhos é um espaço amplo e diversificado que oferece diversas opções de lazer, cultura e esporte para seus visitantes. Esse pavimento foi estrategicamente setorizado para facilitar a localização dos espaços e a organização do fluxo de pessoas.

Logo no início do pavimento, há o Teatro, um espaço moderno e versátil, que abriga diversas apresentações artísticas, como peças de teatro, shows musicais, espetáculos de dança e cinema. A Comedoria, localizada ao lado do Teatro, é um espaço gastronômico que oferece opções variadas de comida de qualidade a preços acessíveis.

As Quadras, que ficam no centro do pavimento, são um espaço ideal para a prática de atividades esportivas, como futebol, basquete, vôlei e outras modalidades. Já o Conjunto Aquático Externo, localizado no canto direito do pavimento, é um espaço perfeito para quem quer se refrescar nos dias quentes de verão. A Piscina Coberta, localizada ao lado do Conjunto Aquático Externo, é uma opção para quem prefere nadar em um ambiente coberto.

Os Vestiários, que ficam próximos às quadras e às piscinas, são amplos e confortáveis, proporcionando maior comodidade aos visitantes. A Administração,

Biblioteca e Sala Multiuso, localizadas no canto esquerdo do pavimento, são espaços dedicados à cultura, à educação e à formação profissional, oferecendo uma ampla gama de serviços e atividades para os visitantes.

O Centro de Educação Ambiental, que fica no fundo do pavimento, é um espaço dedicado à educação e conscientização ambiental, oferecendo atividades lúdicas e educativas para crianças e adultos.

Figura 35 - Planta Pavimento Superior



Fonte:ArchDaily

O Pavimento Superior do Sesc Guarulhos foi projetado para oferecer um espaço acolhedor, moderno e versátil, que atende às necessidades de diferentes tipos de atividades e públicos. O design arquitetônico desse pavimento foi cuidadosamente planejado para proporcionar conforto, segurança e facilidade de circulação para os visitantes.

O Teatro, localizado no início do pavimento, é um espaço amplo e moderno, projetado para a realização de diferentes tipos de eventos culturais, como peças de teatro, shows, danças, entre outros. O espaço é bem iluminado, com acústica adequada e confortáveis assentos, garantindo uma experiência única aos visitantes.

As Salas Multiuso, localizadas no centro do pavimento, são espaços versáteis e adaptáveis, que podem ser usados para diferentes atividades, como aulas, palestras, reuniões e workshops. O design arquitetônico desses espaços privilegia a iluminação natural e a ventilação cruzada, proporcionando conforto térmico e qualidade do ar para os usuários.

O Centro de Música, localizado no canto direito do pavimento, é um espaço dedicado à prática musical, com salas de ensaio e estúdios de gravação. O espaço foi projetado com materiais e acabamentos acústicos de alta qualidade, garantindo a melhor experiência de som para os músicos e visitantes.

A Ginástica, localizada no canto esquerdo do pavimento, é um espaço dedicado à prática de atividades físicas, como musculação, ginástica, entre outros. O espaço é bem iluminado e ventilado, com equipamentos modernos e confortáveis, proporcionando um ambiente ideal para a prática esportiva.

A setorização do Pavimento Superior do Sesc Guarulhos foi pensada para facilitar a circulação dos visitantes e garantir a acessibilidade aos diferentes espaços. A distribuição dos ambientes e a localização dos acessos foram cuidadosamente planejados para proporcionar uma experiência agradável e segura aos usuários.

Figura 37 - Área Comum



Fonte:ArchDaily

Figura 36 - Vista Topo



Fonte:ArchDaily

Ademais, a solução arquitetônica adotada para o SESC Guarulhos é altamente funcional, com espaços bem dimensionados e flexíveis, capazes de acomodar diversas atividades e eventos. Os espaços comuns são organizados em torno de um átrio central, que serve como um ponto de encontro e distribuição de circulação. Em relação à estética, o projeto apresenta um estilo contemporâneo, com

linhas limpas e elegantes, que destacam a geometria do edifício e a sua relação com a paisagem urbana.

4.3 Centro Social Comunitário La Serena

Arquitetos: 3 Arquitectos

Área:

613 m²

Ano: 2011

O Centro Social Comunitário, com área total de 613,00 m², foi concebido em 2011 pelo escritório 3 Arquitectos e está situado na cidade de La Serena, na região de Coquimbo, Chile. A região onde o centro está localizado é conhecida por enfrentar problemas de vulnerabilidade social, especialmente na Favela 17 de Setembro, caracterizada por ocupações ilegais e áreas vazias indefinidas.

Figura 38 - Facha Externa



Fonte: ArchDaily

O Centro foi construído com o intuito de promover a integração social e cultural entre os habitantes. Além da praça na cobertura do edifício, que é o ponto de destaque

do projeto, o centro comunitário conta com diversas outras áreas de lazer, como salas de jogos, biblioteca, salas de aula, área de recreação infantil, entre outras. Com essas opções de lazer, o espaço se torna mais atrativo e diversificado, proporcionando

Figura 39 - Maquete Física do Centro Social

momentos de descontração e aprendizado para pessoas de todas as idades. A topografia do terreno, que favorece a composição formal, também é uma característica importante do centro comunitário, que foi projetado de forma a integrar-se harmoniosamente ao ambiente ao seu redor. Com três níveis bem aproveitados, o espaço é bastante amplo e oferece diversas possibilidades de uso para os moradores.



Fonte: ArchDaily

É importante destacar que a proposta do projeto inclui uma grande preocupação com a acessibilidade, oferecendo amplos espaços de circulação para garantir a mobilidade de todos os usuários. O material de construção principal utilizado é o concreto, sendo que também são empregados elementos pré-fabricados vazados em concreto. Esses elementos são responsáveis por fornecer proteção e entrada de luz, permitindo a circulação adequada do ar e contribuindo para a criação de um ambiente mais saudável e confortável.

Figura 41 - Vista Lateral



Fonte: ArchDaily

Figura 40 - Centro de La serena



Fonte: ArchDaily

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de equipamentos urbanos no contexto social desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida das pessoas. O Centro de Desenvolvimento Social tem como objetivo promover a integração da comunidade por meio de atividades coletivas e proporcionar um ambiente inclusivo para todos os seus habitantes.

Com base em estudos teóricos, compreende-se a importância da arquitetura na concepção de espaços que promovem mudanças sociais positivas. A arquitetura pode contribuir para a transformação material e moral, superar obstáculos, prevenir conflitos e promover a dignidade humana. Essa visão orienta de forma positiva o desenvolvimento do projeto do centro de convivência e cultura.

Os estudos de caso examinados demonstraram como é possível criar uma arquitetura inovadora e moderna, ao mesmo tempo que inclusiva, oferecendo espaços amplos e integrados que atendam às necessidades da população.

A análise detalhada do terreno localizado no bairro Eldorado foi de extrema importância para compreender a área onde o projeto será implantado. Foram considerados aspectos como a infraestrutura do bairro, o entorno, o uso do solo, os mobiliários urbanos existentes, a topografia do terreno selecionado. Essa avaliação aprofundada permitiu compreender melhor as necessidades da população e elaborar um espaço adequado para atender a todos.

Em suma, todas as análises realizadas e informações apresentadas neste artigo foram fundamentais para a concepção e elaboração do projeto. O objetivo é criar um estudo preliminar que seja ideal para promover a integração e atender a toda a comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline Gazola. Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil. 2016.

BOSCARI, Marilene; DA SILVA, Fátima Noely. A Trajetória da Assistência Social até se efetivar como política social pública. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, p. 108-127, 2015.

WEBER, Beatriz Teixeira. Outras perspectivas para a História da Saúde e da Assistência: práticas e religiosidades. **História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores. São Leopoldo: Oikos**, p. 129-146, 2017.

CASTELNOU, Antonio Manuel N. Arquitetura e sustentabilidade na sociedade de risco. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 22, n. 42, p. 129-141, 2020.

BEZERRA, Clara Almeida et al. A origem do serviço social, no mundo e no Brasil. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 1, n. 3, p. 151-156, 2013.

FLEURY, Sonia. Seguridade social: um novo patamar civilizatório. **Constituição de**, 1988.

TÉCNICAS, Orientações. Centro de Referência de Assistência Social-CRAS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília**, 2009.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. O Protagonismo Sócio-Político da População nos Processos de Avaliação da Política de Assistência Social no Brasil. **Libertas**, v. 9, n. 1, 2009.

PFEFFER, Renato Somberg et al. Cultura política patrimonialista e assistência social no Brasil: uma abordagem teórica. 2018.

BONFIM, Catarina de Jesus et al. Centro Comunitário. Lisboa, 2000.

GOMES, Ivani Soleira; MAFRA, Simone Caldas Tavares. As práticas dos centros comunitários para idosos e a promoção do envelhecimento ativo: uma revisão sistemática. **Serviço Social em Revista**, v. 23, n. 1, p. 24-40, 2020.

Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: . Acesso em 28 mar. 2018.

Guia de Orientação Técnica – SUAS nº 1 – Proteção Social Básica de Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, 2009.

Norma Operacional Básica: NOB/SUAS – Construindo as bases para a implantação do Sistema Único da Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, 2006 (Versão Preliminar)

SUAS: Sistema Único de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, DF, 2007

Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, DF, 2009.

BÔLLA, Kelly Daiane Savariz; MILIOLI, Geraldo. A Questão Ambiental no CRAS: Promoção de Qualidade de Vida e Sustentabilidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019.

<https://www.archdaily.com.br/br/01-121961/centro-social-comunitario-slash-3-arquitectos>

<https://www.archdaily.com.br/br/881109/centro-comunitario-rehovot-kimmel-eshkolot-architects>

<https://www.archdaily.com.br/br/924666/sesc-guarulhos-dal-pian-arquitetos>

<https://weatherspark.com/>

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itabira.html>